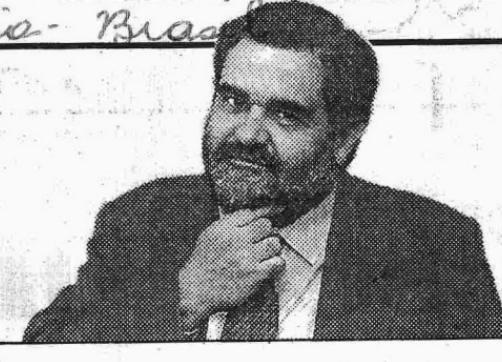


Celso Pinto



30 NOV 1998

Os vivos e os esqueletos

Virou moda, recentemente, dizer que o governo Fernando Henrique Cardoso não foi, afinal, culpado pela deterioração dos resultados fiscais. A dívida líquida subiu, é verdade, mas isso teria sido consequência apenas do excesso de honestidade, já que o governo acabou incorporando nas contas pecados do passado: os famosos esqueletos fiscais.

Seria ótimo para o governo se fosse verdade, mas não é. Para quem tiver dúvidas, vale a pena dar uma olhada na íntegra do "Programa de Ajuste Fiscal", documento que acompanhou o pacote recentemente-anunciado.

No documento, estão listados os esqueletos fiscais absorvidos no governo FHC. Alguns são claramente despesas feitas por governos passados. Outros, nem tanto. Mesmo tendo sua origem no passado, continuaram a crescer, ou foram agravados no governo FHC antes de serem reconhecidos na dívida.

A capitalização do Banco do Brasil engoliu R\$ 15,3 bilhões. A securitização da dívida agrícola levou à emissão de R\$ 3,8 bilhões em títulos. A dívida da Rede Ferroviária Federal com o INSS foi de R\$ 1,4 bilhão. O FCVS (Fundo de Variação de Compensações Salariais) já levou à emissão de R\$ 3,6 bilhões em títulos. Moedas de privatização de empresas estatais foram transformadas em títulos, num total de R\$ 8,7 bilhões. Foram absorvidas dívidas de R\$ 2,6 bilhões da Sunamam e R\$ 4,1 bilhões da Siderbrás.

Tudo isso somado, chega-se a R\$ 39,5 bilhões. Ainda existem, nas contas do governo, mais R\$ 23,3 bilhões em esqueletos a serem incorporados na dívida líquida do governo nos próximos três anos.

É louvável que o governo, por razões de transparência, tenha acrescentado ao estoque da dívida líquida buracos fiscais que existiam, mas não eram contabilizados. Pode-se argumentar que o grosso de seu impacto fiscal foi feito no passado, embora, ao transformar essas velhas dívidas em títulos do governo, pagando juros estratosféricos, o governo tenha dado um vigor inesperado a esse débito. Não dá para dizer, contudo, que eles explicam a deterioração fiscal do governo FHC.

Uma das razões é que, se houve esqueletos inesperados do lado da despesa, houve dinheiro extraordinário no lado da receita, por meio da privatização. Usando o mesmo documento como fonte, nos quatro anos de governo FHC a dívida líquida federal foi reduzida em R\$ 25,4 bilhões pelo uso da receita de privatização. A receita total de privatização foi muito maior, só que essa foi a parcela usada para abater a dívida.

Ainda sobram R\$ 14,1 bilhões de esqueletos não compensados por receitas de privatização, mas isso equivale a algo em torno de 1,5% do PIB. No período, contudo, o salto da dívida interna líquida foi muito maior do que esse. Em 1994, ela era de 29,2% do PIB; em junho deste ano, havia chegado a 38,6%, e a previsão oficial é que bata em 41,9% do PIB no final deste ano.

Em outros termos, a dívida líquida dará um salto fantástico de 12,7% do PIB em apenas quatro anos (sendo 7,3% apenas neste ano). Somando os esqueletos e descontando a privatização, só se consegue explicar 1,5% dessa subida. Falta explicar o equivalente a uns R\$ 100 bilhões ao PIB de hoje.

Além da falta de disciplina fiscal e do impacto perverso do fim da inflação como compressor de despesas orçamentárias, uma boa parte da explicação é de lavra do governo FHC: a fantástica taxa de juros praticada. Para citar o mesmo documento, os juros reais pagos pelo setor público elevaram-se da média de 3,3% do PIB no período 91-94 para 4,8% no período 95-98. Neste ano, pode chegar a algo entre 7,5% e 8% do PIB.

E por que os juros subiram? "A elevação da taxa de juros real, usual em processos de estabilização e necessária em razão da frágil situação fiscal, foi agravada em virtude de três crises financeiras internacionais ocorridas em 95, 97 e 98", explica o documento.

Quer dizer, fomos atropelados pelo mundo.

Faltou o documento dizer que as três crises só exigiram taxas indecentes de juros porque o governo não fez o ajuste fiscal que prometia fazer desde 93 e porque quis defender, a qualquer custo, uma taxa de câmbio sobrevalorizada. Culpa dos vivos, em Brasília, e não dos esqueletos.